



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2024

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, na sede da Junta de Freguesia de Toulões, reuniu pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia oito de fevereiro, presidida pelo senhor João Manuel Rijo Dionísio, Presidente da mesma, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do regimento

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. – Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
2. – Proposta de remuneração dos cargos de direção intermédia de 3.º grau;
3. – Proposta de constituição nominal do Conselho Municipal de Educação de Idanha-a-Nova;
4. – Eleição de um Presidente de Junta/União de Freguesias para integrar o Conselho Municipal de Educação de Idanha-a-Nova, em representação das Freguesias/União de Freguesias do concelho;
5. – Proposta de nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município de Idanha-a-Nova;
6. – Proposta de adesão do Município de Idanha-a-Nova à Rede Europeia de las Celebraciones de Semana Santa y Pascua.

O senhor Presidente da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificado a ausência da senhora Carla Alexandra de Mendonça Galveia, do senhor Paulo Jorge Freire Rodrigues, substituído pelo senhor Américo dos Santos André, do senhor Hugo Manuel Canitos Rego da Silva, substituído pela senhora Sónia Gomes Rosário Lauriano, do senhor Ricardo António Matos Rodrigues, Presidente da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, substituído pelo senhor António Joaquim dos Santos Carreiro e do senhor Joaquim Manuel Correia Chambino, Presidente da Junta de Freguesia de Rosmaninhal, substituído pela senhora Maria da Piedade Folgado Freixo de Brito Gonçalves.

As ausências encontram-se justificadas.

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo seguida dado início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Toulões, anfitrião desta sessão da assembleia que disse " *primeiramente quero fazer dois agradecimentos, sendo o primeiro à Mesa da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova por hoje estarmos aqui em Toulões, que é a freguesia mais jovem do nosso concelho e irá fazer setenta e três anos no próximo dia cinco de março, e é uma honra fazer-se aqui a primeira assembleia municipal e acredito que no futuro teremos mais sessões da Assembleia Municipal., mas ser a primeira e eu estar aqui como Presidente do executivo de Toulões também me orgulha imenso. Depois para vocês que se deslocaram a Toulões, muito obrigado pela vossa presença nesta pequena aldeia, mas muito acolhedora.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

Também queria referir dois ou três pontos. Primeiro, como cidadão que sou, nascido e criado aqui em Toulões, e acima de tudo ter feito a minha vida profissional em Lisboa e ter voltado às origens. A primeira coisa que eu fiz, quando vim viver para cá, em 2004, foi recensear-me aqui na minha freguesia e penso que foi uma das coisas mais importantes que fiz, recensear-me e viver cá, mesmo tendo casa em Castelo Branco. Ao fazer o recenseamento em Toulões, estou também a ajudar o concelho, pois todos nós sabemos que estando recenseados no concelho, as verbas que vêm do governo para a Câmara Municipal e para as Freguesias aumentam e daí eu ter apelado sempre aos meus concidadãos que façam a mudança da sua residência para Toulões e viver aqui e ter as regalias que nos são dadas pelo Município.

Queria também focar desde 2019, e por inerência das dificuldades que hoje em dia todas as IPSS vivem no nosso concelho, tive que assumir também a presidência do Centro de Dia. Há aqui mais Presidentes de IPSS e todos sabem as dificuldades que nós vivemos o nosso dia-a-dia. Quando assumi a IPSS de Toulões, havia milhares e milhares de euros de dívidas e na iminência de fechar a nossa instituição que está ao serviço dos nossos idosos cada vez mais necessitados dos nossos apoios. Como é que nós conseguimos sobreviver? Através dos apoios do Município, daí, e já o fiz pessoalmente muitas vezes, mas queria aproveitar este momento, dar uma menção de apreço e um voto de louvor pelo trabalho que é feito pelo Município, e quando falo no Município falo no Presidente como falo de todos aqueles que quando lá chegam os pedidos de apoio votam favoravelmente por unanimidade. Não falo em partidos políticos, falo sim daqueles que aprovam e que estão ao serviço das nossas populações. Não há política, mas sim ação social, e quanto à ação social teremos que estar todos juntos na resolução dos problemas existentes.

Para terminar, e como Presidente de Junta, gostaria de referir duas ou três coisas daquilo que se tem feito, das opiniões que tenho tido e do trabalho que tem sido desenvolvido por este executivo. Temos estado sempre junto da população e tentamos dar o apoio que podemos e conseguimos. Conseguimos fazer algumas obras ao nível financeiro, e como todos sabem Toulões e Proença-a-Velha são as Juntas de Freguesia que menos recebem, tando do Estado, como da Câmara, e seria bom que recebêssemos mais algumas verbas para podermos ir mais além.

A Freguesia de Toulões, durante estes últimos períodos tem feito algumas obras, umas no âmbito de necessidades da Junta de Freguesia e outras de âmbito a nível de património e preservação daquilo que temos em Toulões. Foram adquiridos vários imóveis e posso dizer que o Parque Infantil, provavelmente não seria da nossa responsabilidade, mas a Junta de Freguesia fez questão de reestruturar todo o Parque Infantil e toda a zona envolvente. Neste momento está em construção um telheiro para que possamos realizar os nossos eventos e evitar estar constantemente a solicitar à Câmara Municipal a cedência de tendas e demais equipamentos e estarmos a dar mais condições a Comissões de festas e outros eventos. A Junta de Freguesia adquiriu também um prédio no meio da aldeia, onde construiu de raiz, com dezenas de milhares de euros, um barracão com cerca de duzentos metros de área coberta e mais cento e vinte de área descoberta. Tudo isto, como disse, foram milhares de euros e tudo isto se consegue fazer com as verbas que recebemos.

Finalmente, aquilo que eu considero que era uma obra que era necessária, porque não é só de caminhos rurais e de silvicultura que nós vivemos, mas há o património e eu sempre me preocupei com o património. Por isso a Junta de Freguesia adquiriu o forno comunitário e a casa do lar, lançou-se numa candidatura através do PDR 2020 Renovação de Aldeias, para a reconstrução e refuncionalização do Forno Comunitário. Assim, convido todos para quando terminar a sessão observem o trabalho que lá está a ser feito, com uma empresa do nosso concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

Daí, eu dizer que nós conseguimos fazer qualquer coisa, mas também há o reverso daquilo que nós não conseguimos fazer e daí eu aproveitar este momento e este espaço, onde estamos todos, em dizer ao senhor Presidente da Câmara que há três coisas fundamentais e necessárias, do que nós sentimos a falta em Toulões. A via de ligação à Freguesia da Zebreira é importantíssima, e nós na junta recebemos diariamente queixas de acidentes, de jantes partidas e de acidentes nas bermas devido ao estado de degradação do piso, pelo que é importantíssimo a recuperação, alargamento e asfaltamento, para que nós possamos chamá-la de estrada municipal. Daí o meu apelo à Câmara Municipal na pessoa do senhor Presidente. O segundo apelo que faço é a construção de uma ETAR em Toulões. Nós vivemos no século XXI e isto é um caso de saúde pública. Não podemos ter fossas a céu aberto, não podemos ter constantemente no verão «cheiros nauseabundos e no inverno tudo cheio de água e os proprietários das zonas circundantes, dizer que têm os seus pomares estragados. É uma necessidade e espero que este caso seja resolvido.

O terceiro caso, e também muito importante, e que está a acontecer em várias aldeias do nosso concelho, ~ e a substituição dos canos da rede pública de abastecimento. Posso dizer que num mês tivemos dez roturas e penso que isso é demasiado não só o transtorno que causa às pessoas, mas também as verbas que depois são gastas para depois repor a calçada.

Estas três situações são muito importantes e daí aproveitar esta situação para que realmente possamos vê-las resolvidas.

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia informou que se iria votar a ata número quinze da sessão ordinária realizada no dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e três, solicitando que, em virtude do envio de uma versão provisória da ata a todos os senhores deputados, se havia alguma alteração ou reparo a fazer sobre a mesma. Também informou que os senhores deputados, Américo dos Santos André, João Luís Marques Rego Geraldês, Sónia Sofia Simões Nunes, Paulo Fernando Ribeiro de Mendonça Baptista, António Joaquim dos Santos Carreiro, Joaquim Jorge Esteves Laranjo e Maria Helena Geraldês Esteves e Silva, não poderiam votar a ata, em virtude de não terem estado presentes na sessão.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

- Número de votantes: vinte;
- Votos em contra: zero;
- Votos de abstenção: zero;
- Votos a favor: vinte.

Em virtude deste resultado a ata número catorze, foi aprovada por UNANIMIDADE.

De seguida deu conhecimento da correspondência recebida, realçando um e-mail recebido da Plataforma Transgénicos Fora, informando que a mesma ficaria ao dispor dos presentes.

Seguidamente informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra neste Período Antes da Ordem do Dia.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Adalgisa Patrícia Dias que disse “*neste ano especial para a história da nossa democracia, foi-me confiada a missão de apresentar o Programa das Comemorações dos seus 50 anos.*”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

O Portugal democrático em que nos movemos nasceu com o 25 de Abril. Esta é sem dúvida uma data fundadora do Portugal moderno, que define o País que somos, nas suas grandezas e imperfeições.

Nos 50 anos do 25 de abril temos que reconquistar as pessoas para a democracia e fazê-las voltar a acreditar que é possível um país melhor, mais justo e próspero. É hora de refletirmos e debatermos ideias para os próximos 50 anos de liberdade e democracia.

O sociólogo Pedro Magalhães, Investigador de Ciência Política no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Diretor Científico Fundação Francisco Manuel dos Santos, lançou o debate sobre a democracia. No seu estudo concluiu que, na forma como os portugueses vivem a democracia, "somos um povo de democratas descontentes e desafetos". Em boa verdade, nós não questionamos a democracia, mas sim a qualidade da nossa democracia. Estamos no caminho certo, mas é preciso mais. As novas gerações não devem dar a liberdade como adquirida, têm que participar ativamente na vida do seu país em todas dimensões. Mais ainda nestes tempos, em que na Europa e no Mundo, algumas democracias apresentam fragilidades e voltamos a presenciar tentativas de controlo das liberdades fundamentais.

Uma das conquistas de Abril foi a democratização da cultura. A democratização da cultura amplia o acesso aos bens culturais, salvaguardando e valorizando esse capital, permite que as pessoas construam o seu próprio modo de ser e de participar na comunidade e na sociedade como um todo.

A democracia, a inclusão, a tolerância e a luta pela igualdade são algumas das causas pelas quais nos debatemos. A cultura tem consequências. Causa curiosidade, causa conhecimento, causa ciência e causa ação. Causa surpresa. Causa partilha. Causa emoção.

É com esse objetivo que apresentamos um programa diversificado, dirigido a todos os públicos, para celebrar a Liberdade e a Democracia!

Deixo algumas notas sobre o Programa que vos foi entregue:

Todas as ações estarão identificadas com o selo das Comemorações Municipais. O objetivo é ter, pelo menos uma ação por mês em todos os meses do ano 2024. As atividades têm o enquadramento financeiro do Programa da DGArtes – Rede de Teatros e Anfiteatros Portugueses, por isso dirijo um agradecimento muito especial à Divisão da Cultura, na pessoa do seu Chefe de Divisão Dr. Paulo Longo, extensivo a todas as equipas do CCR.

Para finalizar, gostaria de frisar que este programa está em construção e existe disponibilidade total para propostas da vossa parte. Celebremos a Liberdade e a Democracia!"

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Joaquim Laranjo, Presidente da Junta de Freguesia de Oledo que disse "senhor Presidente da Câmara, venho hoje falar novamente da Nacional 353, e sendo da responsabilidade da Câmara, da Ponte de São Gens para Idanha, a qual apresenta alguns problemas de segurança para a população de Oledo, e não só. Alguns exemplos, existe uma paragem de autocarros na Ponte de São Gens onde existem duas luminárias que se encontram sem manutenção e fora de serviço, sabendo que estes são solares e precisam de manutenção e sabemos que foram instalados há mais de vinte e cinco anos, por isso peço que faça os possíveis para que voltem a funcionar. Quero também chamar a sua atenção para a travessia de Oledo, com a calçada e os passeios em muito mau estado de conservação. Também assinalar, novamente, as ruas revestidas de alcatrão em muito mau estado de conservação. Estas reparações não podem ser da competência da Junta de Freguesia, pois ultrapassam o orçamento da Junta de Freguesia de Oledo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

Recordo que a estrada que liga Oledo a Proença-a-Velha encontra-se também em estado muito degradado em diversos troços.

Senhor Presidente, agradeço as suas respostas, quer sejam favoráveis ou não.”

Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Jorge Daniel Fonseca que disse” antes de fazer a minha intervenção queria apenas fazer duas ou três considerações. Senhor Presidente lembrar-lhe da situação dos cartões da Assembleia que já foram pedidos em setembro e ainda não recebemos nada nem sabemos o ponto da situação. Uma outra situação que também queria aqui abordar foi aquilo que se passou na Assembleia Municipal anterior, que o senhor Presidente da Assembleia entendeu, e por bem, não nos dar mais a palavra na última intervenção do público porque se calhar iriam ser ditas certas coisas, que se calhar na hora saíam e não vale a pena para o interesse da situação. Uma outra nota também é sobre a questão das comemorações do 25 de abril, e ainda bem que se fez aqui a abordagem, e foi aqui votado na Assembleia Municipal a Coordenadora ou Responsável da Comissão, mas na altura foi apenas a responsável da Comissão. Portanto existe uma Comissão e a Assembleia Municipal nunca soube quem era essa Comissão das Comemorações. Nós, enquanto Grupo Municipal estaríamos `s espera de sermos contactados por essa Comissão para colaborarmos, mas nunca o fomos e está agora a ser, de facto, feito, mas de fica essa dúvida, quem é que realmente é a Comissão, e seria bom saber quem é. Já agora que referiu que receberia sugestões, pergunto para onde é que as podemos enviar.

Há relativamente pouco tempo o Movimento para Todos efetuou uma visita pelas freguesias com o intuito de conhecer e dar conta do estado em que as estações de tratamento de águas residuais se encontram. E isto, indo ao encontro do que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Toulões diz, e muito bem, acho que deve ser uma preocupação, e deveria ser uma preocupação geral, é com alguma apreensão que constatamos que é uma realidade no concelho de Idanha-a-Nova e daí trazemos esta preocupação a esta Assembleia Municipal. De há alguns anos para cá estes serviços básicos, de outrora responsabilidade das autarquias, em parte passaram a ser concessionados a empresas privadas. No nosso concelho atualmente temos duas realidades completamente opostas, do lado da gestão privada o abastecimento de água em alta, em condutas completamente modernizadas e adequadas, anulando praticamente todas as perdas do sistema, assim como as estações de tratamento de esgotos, devidamente conservadas e constantemente monitorizadas. Do lado da gestão da Câmara, no que toca ao tratamento dos esgotos os equipamentos estão completamente ao abandono. Falamos das fossas céticas existentes e que servem a população das localidades de Alcafozes, Cegonhas, Idanha-a-Velha, Lagar Maria Martins, Medelim, Proença-a-Velha, Segura, Soalheiras, Torre e Toulões. Ou seja, cerca de duas mil pessoas não são servidas pelo adequado tratamento dos esgotos. Estas fossas céticas não têm manutenção há imenso tempo, não têm qualquer tipo de monitorização, não têm qualquer tipo de tratamento que atenua os efeitos nocivos, quer para o ambiente, quer para as pessoas. Este tipo de estruturas a funcionar assim, são uma ameaça para o ecossistema.

Todos estes tanques que servem de fossas, ao estarem cheios transvasam para o exterior, correndo a céu aberto para as linhas de água adjacentes, contaminando tudo a jusante, incluído os recursos hídricos. De salientar que três desta fossas encontram-se a correr para linhas de água em pleno Parque Natural do Tejo Internacional, Segura, Soalheiras e Cegonhas. Fala-se muito, talvez pela visibilidade e o alcance da mesma na problemática da pegada do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

carbono, mas depois estes pequenos problemas do nosso território, que se podem tornar grandes problemas, nem para ele olhamos.

Num concelho que se proclama bio e geo, a não implementação de medidas estritamente necessárias para a defesa do meio ambiente, e por consequência falta de investimentos em infraestruturas básicas, colocando em risco muitos fatores, faz com que o primeiro pilar desta temática falhe e toda a credibilidade da política ambiental esteja em causa. E o que é que está em causa? Dois problemas, em primeiro lugar a saúde pública da população e dos seus ecossistemas e em segundo lugar a saúde financeira e credibilidade da Câmara Municipal. As coimas das contraordenações de crimes ambientais são altíssimas e de certo que a Câmara Municipal tem vindo a ser advertida destas mesmas infrações ambientais pelas entidades competentes e isto quase de certeza, devido ao estado em que elas estão, é impossível que as entidades não tenha, já feito uma advertência à Câmara Municipal.

Posto tudo isto, não é objetivo do Movimento para Todos apenas identificar problemas. Temos como objetivos identifica-los, trazê-los à discussão, mas acima de tudo sugerir também possíveis soluções, para que em conjunto se possa atenuar, ou até resolver, este problema ambiental. Assim consideramos necessário e urgente que seja efetuado um levantamento técnico de todos os efeitos nefastos que estas estruturas estão a causar e que sejam devidamente informadas as populações sobre estes resultados. Sugerimos também que no decorrer dos próximos meses, até ao verão, sejam despejadas todas as fossas, com o encaminhamento desse material para as ETAR,s para o devido tratamento e que sejam planeadas as intervenções de conservação nessas mesmas fossas, afim de remediar e cumprir um mínimo exigido dos parâmetros ambientais, sem colocar em causa a saúde pública das populações, até se encontrar outras soluções definitivas. É urgente efetuar estas ações, assim como a Câmara Municipal, à posterior, assegurar regularmente o acompanhamento técnico e intervenções técnicas periódicas destas estruturas. Considerando que todos nós podemos contribuir para um melhor desempenho dos sistemas de tratamento do saneamento, deve também a Câmara Municipal efetuar ações de sensibilização junto das populações no sentido de evitar descargas de óleos e outros resíduos nocivos para os sistemas de drenagem.

Para terminar, sabemos que a ETAR da localidade de Segura está concluída há mais de dois anos, questionamos o senhor Presidente da Câmara quais os motivos desta estrutura não estar a funcionar ainda, permitindo que os esgotos desta população estejam a ser encaminhados diretamente para o Rio Erges.”

Seguidamente usou da palavra o senhor deputado João Geraudes que disse “ abriu na Covilhã a Unidade de Intervenção Cardiológica que abrange o distrito de Castelo Branco e da Guarda. Alguém que teve um enfarte, ou que possa ter um enfarte, antigamente tinha que fazer um cateterismo em Lisboa ou em Coimbra, mas hoje já pode fazê-lo na Covilhã. Está também previsto um investimento no hospital de Castelo Branco, no bloco de partos, no valor de setecentos cinquenta mil de euros. Se existem problemas na saúde em Portugal, mas acho que é fundamental este investimento na saúde, porque se não houvesse este investimento imagino como estaria a saúde em Portugal. Dou também contra de que existem realmente estes problemas, e no ano passado foi dos anos em que mais cirurgias se fizeram a nível nacional e que mais se investiu na saúde, e mesmo assim temos os problemas que temos.

Existiu um investimento no concelho, também na área da saúde, na requalificação do Centro der Saúde de Idanha-a-Nova, e em outras freguesias, e a questão que eu quero fazer ao senhor Presidente da Câmara é a seguinte, com esta requalificação do Centro de Saúde em Idanha-a-Nova e também em outras freguesias, se passamos a ter mais valências e o que é que pode melhorar a saúde no concelho de Idanha-a-Nova com este investimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

O Município também prevê investir cinco milhões de euros na requalificação do parque escolar do concelho, e a segunda questão que quero colocar ao senhor Presidente da Câmara é, do que é que se trata este investimento na área da educação no concelho de Idanha-a-Nova?

Por último, e esta é a minha opinião e não é nenhum ataque a ninguém nem a partidos, faz agora um ano que o senhor Presidente da Associação de Regantes veio a esta assembleia esclarecer os senhores deputados sobre o investimento de cinquenta milhões de euros na requalificação do regadio da campina da Idanha. A quatro de julho foi feita uma sessão de esclarecimento na sede da Associação de Regantes, em que os ânimos até foram exaltados, para os regantes. A dezoito de outubro houve uma reunião do Movimento para Todos com a direção da Associação de Regantes. Desta reunião saiu um comunicado por parte do Movimento que dizia o seguinte, que registavam a agradabilidade da reunião e a boa perceção do funcionamento da direção e diziam mais, estamos em crer que se verá a diferença a curto prazo. Abordaram também o investimento do regadio e um conflito de interesses entre a área urbana e o perímetro de rega do Ladoeiro. A nove de fevereiro, o Movimento, em reunião de câmara questionou o senhor Presidente da Câmara sobre as preocupações que pairavam sobre o abastecimento de água na malha urbana do Ladoeiro. Até aqui tudo bem, e acho que é uma forma de fazer política correta e dou os parabéns ao Movimento pela forma como o fizeram, mas depois temos a continuação. Há uma consulta pública a decorrer, de vinte e oito de janeiro a vinte e oito de fevereiro na Associação de Regantes sobre este investimento e dá-me a sensação que o Movimento não colocou nenhuma questão à Associação de Regantes sobre esta questão da área urbana. E porque é que eu digo isto? Porque foi criada uma narrativa, e não estou a dizer que é pelo Movimento, em que a população do Ladoeiro ia ficar sem água da barragem na área urbana. O Movimento desde tentar esclarecer esta questão, porque sabia que tinha a obrigação de saber que isto era falso porque teve estas reuniões todas e não acredito que esta questão não tivesse sido abordada e não tivesse sido esclarecida esta questão que era falso, alimentou esta narrativa. E como é que alimentou esta narrativa? Com gostos e comentários de pessoas do Movimento em relação a esta narrativa, alimentando ainda mais a narrativa.

Foi feita ontem uma Assembleia de Freguesia do Ladoeiro, onde mais uma vez ficou provado que ninguém iria ficar sem água, e isto realmente faz-me lembrar um partido político que há uns tempos disse que foram recebidos a tiros num determinado local, e não eram tiros, eram os raters de uma moto que ia na própria caravana deles. Nos cinquenta anos do 25 de Abril acho que aos partidos políticos, os políticos deve-se pedir mais. O populismo está conforme está e acho que é fundamental os políticos terem outra responsabilidade, e elevarem também a democracia."

Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Paulo Baptista que disse " a minha primeira palavra é para o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Toulões, é um prazer estar aqui, e as palavras simpáticas que me dirige sempre que pode, quer em público, quer em privado e como sabe nós desde sempre defendemos a importância fundamental que têm os senhores Presidentes de Junta, e portanto achamos que é de louvar que sejam realizadas sessões nas Juntas de Freguesia para nos aproximarmos mais das populações e para poder assistir àquele momento delicado em que há a primeira intervenção, que neste caso foi a sua, onde nos fala dos seus problemas. Eu gostaria também de cumprimentar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de Santa Margarida, onde não pude estar e onde se realizou uma assembleia no passado, e não pude por razões de força maior que me impediram, e não sabe como lamento isso e estou agradado por estar aqui hoje.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Toulões, preocupou-me bastante o seu discurso, e preocupou-me bastante o seu discurso porque vem na sequência daquilo que nós sempre defendemos, é o despovoamento. O senhor fala nas IPSS e nas dificuldades das IPSS e eu gostava que o senhor pudesse, e acho que o senhor partilha, gostaria imenso de falar aqui dos problemas que tinha nos jardins-de-infância que o senhor não tem porque o senhor não tem crianças. Portanto as nossas freguesias do interior estão a ficar completamente despovoadas e para isso há que criar políticas que contrariem esta situação. Este é um problema transversal a todo o país e todos sofremos com isso. Temos que arranjar soluções. Nós temos apontado que esta política atual, não é a adequada, e não sendo a adequada tem que se repensar toda a política que tem que ser utilizada para inverter esta situação. Caso contrário, mais cedo ou mais tarde, mais freguesias do concelho de Idanha irão sofrer do mesmo problema que sofre esta freguesia e outras. Se o senhor Presidente quiser algum dia contar com a minha colaboração, eu estarei disponível para tentá-lo ajudar no que seja necessário.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mais uma vez falhámos o 25 de novembro, o senhor simpaticamente tinha-me dito que no ano passado é que era, mas não fomos lá. E porquê falar no 25 de novembro? Porque temos aqui as celebrações do 25 de abril.

Senhora deputada Adalgisa, eu tenho grande estima por si e a senhora, por vezes, utiliza citações nas quais eu não me revejo. Se calhar porque eu vivi o 25 de abril, embora novo, e outros há que só leram aquilo que lá aconteceu. O Portugal democrático não começou com o 25 de abril. O Portugal democrático começou com o 25 de novembro de 1975. Altura em que o fundador do seu partido, o doutor Mário Soares, com quem eu nem sempre estive de acordo, foi uma peça fundamental. Portanto nós andamos, neste momento e muito bem, a celebrar o 25 de abril, tem efetivamente um símbolo engraçado, vermelho a mais para o meu gosto, eu gostava que fosse de outra cor, uma cor de esperança e não esta cor que muitas vezes é confundida com o PREC. O PREC foi o que veio a seguir ao 25 de abril. Portanto nós temos que saber exatamente do que é que falamos e temos que aceitar que há pessoas que não partilha, exatamente das mesmas ideias, se calhar porque leram outros livros.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, duas pequenas questões, uma delas sabe que há desde vinte anos que eu venho falando do problema da estabilidade das pedras na subida entre a Senhora da Graça e Idanha-a-Nova caiu uma pedra, o que me preocupou bastante, e preocupa-me bastante isto, porque, como sabe a circulação também tem muitas crianças em autocarros, e isso pode acontecer. Eu não tive a ocasião de falar no passado nas duas últimas assembleias por ausência e não queria deixar de registar que nas atividades desenvolvidas pelo Gabinete Municipal de Proteção Civil, eu não vi aqui registado, nesta informação que aqui está, nenhuma monitorização dessa situação.

Depois gostava de lhe falar de uma coisa que é o regulamento para etnias. O Regulamento para etnias, que eu saúdo naturalmente, gostava de saber qual era o rigor que era utilizado para fazer a apreciação dos projetos que são aí candidatados, quem é que o faz, se o organismo Câmara, ou se é o mediador, e deixamos ao encargo dele fazer essa análise dos projetos. E digo isto por uma razão muito simples, fazemos proteção a etnias e temos o resto da população que também merece ser protegida. E gostava que fosse feito isso com toda a transparência para evitar melindres ou tratamentos de favor, apenas porque algumas são etnias e não fazem parte das maiorias.”

Terminada a intervenção dos senhores deputados, o senhor Presidente da Assembleia disse “ em relação aos cartões de identificação estão praticamente feitos, mas houve alguns senhores deputados que, por esquecimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

ou porque não quiseram, não foram tirar a fotografia ao fotógrafo, e esses cartões vão sem fotografia, senão iríamos protelar ainda muito mais tempo a feitura dos cartões.

O Movimento para Todos se quiser fazer propostas para as comemorações do 25 de Abril, pode utilizar o mail da Assembleia Municipal e assim nós faremos chegar à senhora deputada Adalgisa essas vossas propostas.

Ouvi atentamente o senhor deputado Paulo Baptista e sobre a questão do 25 de novembro vou ser muito sincero com o senhor. Eu não sei bem ainda hoje, e tenho sessenta e seis anos, e tinha dezassete no dia 25 de abril de 1974, não era tão politizado como sou hoje, tinha somente algumas luzes de política, mas ainda hoje não sei o que foi o 25 de novembro. Tenho dúvidas, como cidadão, mas há muitíssima gente, mais ilustre que eu, mais elucidada, mais culta, que também tem muitas dúvidas sobre o que foi o 25 de novembro. Quem se envolveu no 25 de novembro, se foi para a direita, se foi para a esquerda. Há quem diga que foi um movimento para abafar a extrema-direita, há quem diga que não. Enfim há muitas dúvidas sobre o que foi o 25 de novembro. Daí eu também ter dúvidas se essa efemérida se deve celebrar ou não. Posso dizer-lhe que esta semana comprei um livro que tem o título O General que previu o 25 de abril dois meses antes. Posso também dizer que li o livro Portugal e o Futuro, um livro do General Spínola, que foi editado em fevereiro de 1973, e agora venho a saber que esse livro foi o precursor do 25 de abril.

Mas em relação ao 25 de novembro digo-lhe, muito sinceramente que tenho dúvidas sobre o que foi, mas poderemos um dia pensar e analisar isso, até numa assembleia municipal extraordinária."

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que disse "começo por cumprimentar o senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Toulões e das suas palavras que aqui disse, realço o facto de fazer um conjunto de obras que tem sido possível, da sua parte, fazer aqui com dinheiro muito bem geridos, e também isso tem sido possível porque a Câmara Municipal, e nunca é mais de lembrar. Muito antes da descentralização que este governo resolveu fazer neste país, e essa descentralização já o dissemos várias vezes que a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi uma das poucas do país que aceitou todas as descentralizações, mesmo quando sabíamos que essa descentralização não era acompanhada do pacote financeiro que entendíamos que era o melhor, mas resolvemos fazê-lo porque com essa descentralização estaríamos mais perto das populações e poderíamos ir mais ao encontro dos seus problemas. Mas muito antes dessa descentralização já nós tínhamos feito uma delegação de competências para as Juntas de Freguesia. Não conhecendo a realidade de todos os municípios do país, mas os do distrito de Castelo Branco nenhum tem a descentralização e delegação de competências que a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova fez, não só nos montantes financeiros que foram muitos generosos, o que lhes permitiu gerir de uma outra forma. Nós temos sido, na Associação Nacional de Municípios, e eu tenho sido um lutador para que haja mais verbas do orçamento geral do estado, quer para as autarquias, quer para as juntas de freguesia.

O senhor Presidente da Junta a determinada altura disse que as IPSS no concelho têm dificuldades. Não é no concelho, é no país. As do concelho, felizmente, com problemas que todos sabemos que têm, têm tido um apoio incondicional da Câmara Municipal. Como sabe temos um projeto a decorrer, que é o Q+ em rede, também é caso único no país, em que nós, liderado e acompanhado pela Cristina Galdes do nosso Gabinete de Ação Social, em que fazemos a ligação com todas as IPSS. Para quê? Não é só para darmos dinheiro, o dinheiro é importante para resolvermos determinados assuntos, mas é para dotar as nossas IPSS em rede de formação. Formação dos Órgãos Sociais, nas direções técnicas e funcionários, e percebermos onde é que estão as dificuldades e como é que as podemos resolver. Isto tem sido um trabalho notável que tem sido feito em rede, pago pela Câmara Municipal para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

todas as IPSS do concelho. Também há consultas de neurologia através do nosso cartão de saúde e da nossa estratégia de saúde têm acesso a médico, a um conjunto de especialidades, que não tem mais ninguém no país. Isto é todo o nosso trabalho de descentralização de competências e descentralização para as nossas populações e para as estruturas que estão próximas das populações.

Falou, e muito bem, da questão do despovoamento e nas suas consequências, que são a desertificação dos solos, a desertificação das nossas atividades económicas, que uma realidade não só do concelho de Idanha, mas também de dois terços deste país. Este governo tem feito muitas iniciativas, mas no nosso entender são insuficientes, mas a Idanha tem vindo a beneficiar, não só destas iniciativas, mas também da sua política de coesão económica e social. Portanto quando refere que são mais os funerais que temos que os nascimentos, isto não é só um problema de Idanha, mas sim do país e da Europa. Mas o que acontece na Idanha, é que estamos a inverter esse processo. É evidente que irá notar durante muitos mais anos que haverá muitos mais pessoas a falecer do que crianças a nascer. Esse desequilíbrio vai continuar a existir. e não nos enganemos relativamente a isso, porque temos uma população muito envelhecida.

E quando o senhor deputado Paulo Baptista vem aqui falar nestas questões, até parece que não tem vindo às assembleias municipais, nem ao trabalho que nós temos feito, que é com a nossa política de apoio à educação, nomeadamente dos zero aos três anos uma cobertura total. Abrimos escolas em Monfortinho e no Rosmaninhal, que estavam fechadas, em São Miguel D'Acha e vejam quantas crianças lá temos. A escola de Monsanto quando fechou havia nove crianças e agora estão quatro salas cheias.

Também é preciso dizer que a candidatura do forno, é verdade que são fundos do PDR, mas foi uma estrutura local, que é a ADRACES, entidade que gere programas Lider, tem apoiado iniciativas locais, que gere este programa.

As suas preocupações sobre o alargamento e asfaltamento da estrada até à Zebreira, e como sabe nós já tínhamos lançado um concurso e já estava adjudicado, mas fomos ao encontro das suas preocupações e anulámos esse concurso, para podermos falar com os proprietários dos terrenos que estão junto à estrada, de modo que possamos ter a sua colaboração, e podermos alargar e ter uma estrada com outra dimensão.

Também a sua preocupação sobre a ETAR, e a propósito disso aproveito para responder ao senhor deputado Daniel que veio aqui fazer uma explanação e quem de facto não conhece o nosso concelho, nem sabe como é que nós funcionamos, nem sabe como o Município faz. Aliás, até veio aqui fazer uma declaração de incompetência dos nossos serviços municipais. Enquanto o senhor deputado falava, chamei um dos técnicos da câmara para saber se estávamos, ou não, a fazer a manutenção nestes últimos anos, o que me foi respondido que há efetivamente manutenção nos sistemas de saneamento nas freguesias.

O senhor deputado Daniel referiu que a ETAR de Segura estava encerrada. Isso não é verdade, e o senhor está muito mal informado, pois antes de fazer a sua intervenção deveria certificar-se se a ETAR estava ou não em funcionamento. Mas afirmou que estava encerrada e isso é mentira. A mesma encontra-se em pleno funcionamento. Vir para aqui dizer disparates não lhe fica bem, mas sabemos que as suas palavras podem levar a más interpretações e nós sabemos como isso é muito frequente da parte do Movimento. Fala sem ter suporte legal para tal, mas o populismo das suas palavras vão até muito longe. Portanto, mais uma vez lhe digo, antes de fazer afirmações ao desbarato, deve verificar se as mesmas têm ou não fundamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

Falando da ETAR dos Toulões, é uma preocupação que temos vindo a discutir porque nós herdámos um processo e queremos resolvê-lo, e trazer aquilo que tem sido a nossa estratégia e a nossa política. E ninguém pode duvidar disso, aliás até nos chamavam nomes e hoje toda a gente fala na bio região, mas eu lembro-me do tempo em que me chamavam o maluquinho do bio. Hoje é ao contrário, dizem que afinal não trato do ambiente no concelho de Idanha. Até alguns movimentos, como este da plataforma resolveu escolher a Idanha. Ainda não percebi qual é o trabalho que a plataforma faz nos outros municípios aqui ao lado, Fundão, Castelo Branco, ou em outros municípios do país. Pelo visto escolheu o Município que mais trabalha a questão e que mais lutou contra o glifosato neste país.

Mas falando nas ETAR do concelho de Idanha, esta é uma das preocupações de todos nós, e enquanto não tivermos as soluções resolvidas de cada caso, temos feito manutenção, os nossos serviços fazem habitualmente manutenção através de empresas certificadas. Portanto, para além desta manutenção habitual e esta visita habitual às fossas e às nossas ETAR, também recorremos a serviços externos e dos mais inovadores que existem.

Outra questão que no senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Toulões fez foi sobre a substituição do nosso sistema de águas e saneamento. Já ontem tive a oportunidade no Ladoeiro, no esclarecimento que estivemos a fazer sobre o regadio, e até para perceberem a nossa forma de ser e de estar. A nossa forma de ser e de estar, é estarmos a falar com as pessoas e percebermos os problemas das pessoas e irmos ao encontro delas. Esta também foi a questão no Ladoeiro, que é a povoação no concelho em que temos maiores preocupações, quer pelo grande crescimento, quer por ter, ao mesmo tempo, um sistema do nosso regadio de Idanha, que, obviamente o Ladoeiro subsiste com dois sistemas, o sistema de água pública e o sistema do regadio, e portanto é um problema muito complexo, que não foi resolvido quando em 1994 se fez o PDM e ficou sempre este problema no ar. Portanto entre casas que são construídas em zonas que são de regadio, em áreas agrícolas, e portanto subsiste um problema enormíssimo. Estamos agora num processo, quer na revisão do nosso PDM, quer também de reabilitação do nosso perímetro hidroagrícola de Idanha. Mais uma vez o dizemos, a água é um bem escasso e nós todos temos que o tratar bem, e temos que usar a água com muita parcimónia e com muito cuidado, até para a preservarmos.

O regadio de Idanha desperdiçava cerca de 60% da água, e nós também só utilizávamos 20% do perímetro hidroagrícola de Idanha. Hoje felizmente já utilizamos 50% do nosso perímetro hidroagrícola, e portanto este perímetro também tem que ser reabilitado. Não nos podemos dar ao luxo de desperdiçar 50% da água. O sistema de regadio de Idanha, é um sistema dos anos cinquenta e que é arcaico, e para nós podermos reabilitar este perímetro, foi necessário e a Associação de Regantes tem feito um trabalho extraordinário com projetos cofinanciados por este governo, na ordem de um milhão e meio de euros para fazer projetos de reabilitação e de estudo do novo perímetro hidroagrícola em Idanha. Este sistema de água que estamos a trabalhar no Ladoeiro, entre a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal, a Associação de Regantes e o Governo português e temos estado todos juntos a trabalhar nisto, num problema extraordinariamente complexo e vamos conseguir resolver isto.

O mesmo estamos a fazer com a distribuição da água e saneamento no concelho de Idanha. Nós herdámos um sistema que não conhecíamos, e como já o referi aqui várias vezes, fizemos o cadastro de todo o concelho de Idanha, e com este cadastro nós conseguimos saber qual é o sistema que temos, onde é que temos mais problemas e como é que vamos resolver esses problemas. O Ladoeiro, sem dúvida, é a situação mais complicada, mas neste momento temos projetos e concursos a decorrer, quer no Ladoeiro, quer em Monsanto, quer em Monfortinho, e temos estado a fazer investimento na recuperação deste nosso sistema. Sempre que há obras e há oportunidade, estamos a substituir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

as nossas canalizações. E esta vai continuar a ser a nossa política, e obviamente que Toulões será abrangido por isto.

Relativamente à intervenção do senhor João Galdes que falou em diferentes áreas, sendo uma delas, a da educação, só para lhe dizer que temos cinco milhões de euros, naquilo que são os projetos com a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e com a Comissão de Coordenação da Região Centro para investir nas nossas escolas. Não só na Escola Secundária, que só agora é que aceitamos a descentralização para ficarmos com a escola, e isto também foi uma luta que tivemos na ANMP com o governo para podermos recuperar as escolas neste país com 100% de financiamento do PRR. É a Câmara Municipal que vai fazer, os projetos estão a decorrer e a nossa previsão é que possa ser um investimento na ordem de três milhões de euros para a escola em Idanha. Mas também temos previsto intervenções em todas as outras nossas escolas do concelho de Idanha.

Na área da saúde, já visitei o nosso centro de saúde de Idanha, mas o nosso projeto na área da saúde não se limitou a fazer obras nos nossos centros de saúde. Não serviria de nada termos obras nos centros de saúde, quando, depois, não tínhamos, ou médicos ou serviços para podermos dar aos nossos utentes. Nós criámos o nosso cartão de saúde e toda essa estratégia não é só termos o cartão de saúde e as carrinhas a funcionar em todas as nossas freguesias, mas é a possibilidade de poderem ter acesso a especialidades, é a possibilidade de podermos articular com o Serviço Nacional de Saúde, fazer as obras, fazer as obras de reabilitação do centro de saúde com a instalação de uma cadeira de odontologia que vai funcionar já no mês de março. Com esta estratégia que temos falado com a ULS e um protocolo que assinamos com a Administração Regional de Saúde do Centro, de modo que nós, para além de ajudarmos o SNS e poder ter aqui aquilo a que todos nós temos direito, que são os médicos de família, e os serviços do SNS, também o nosso concelho possa ter em complementaridade com o nosso cartão de saúde esta oferta médica. E o que é que temos agora? Temos uma equipa de psiquiatria da ULS que percorre o concelho de Idanha. Também está projetado podermos ter no centro de saúde um centro de análises, um equipamento de raio X e um conjunto de diagnósticos que podem ser feitos, e é o primeiro da ULS a ser feito em Idanha.

O senhor deputado Paulo Baptista falou sobre a estabilidade das pedras na subida da Senhora da Graça e digo-lhe que temos feito, através dos nossos serviços de geologia e em articulação com o serviço liderado pela arquiteta Joana Rossa, temos feito a monitorização no terreno num dos locais mais problemáticos que é a da subida da Senhora da Graça, mas ainda mais problemático que a Senhora da Graça é a situação em Monsanto. Esta pedra que rolou de uma propriedade privada, e portanto não está na esfera da Câmara Municipal, no entanto é uma preocupação de todos nós percebermos quando é que isto pode acontecer. Também é necessário percebermos que a Senhora da Graça é uma falha ativa, e portanto a qualquer momento pode acontecer. Obviamente se acontecer um problema nesta falha ativa, teremos um problema complicado, mas não sabemos quando é que é o momento. Acompanhamos em termos da geologia, mas é sempre imprevisível o que possa acontecer.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oledo referiu o mau estado de conservação da estrada entre Oledo e Proença-a-Velha e o nosso objetivo, é que os nossos serviços vão passando e façam a manutenção devida, mas agradeço a sua chamada de atenção para que possamos de facto melhorar essas condições."

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia informou que deu entrada na Mesa uma moção do Grupo Municipal do Partido Socialista, solicitando ao representante do grupo que apresentasse a mesma a toda a assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

Assim, o senhor deputado João Geraldês leu a moção, que se transcreve na íntegra:

MOÇÃO: POR MELHORES CONDIÇÕES DO SECTOR AGRÍCOLA

A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, face aos recentes protestos dos agricultores, a favor de melhores condições no sector agrícola, apresenta esta Moção, nos seguintes termos:

- A agricultura representa uma das maiores atividades económicas para o concelho de Idanha-a-Nova;
 - O concelho de Idanha-a-Nova possui a maior área de produção em modo biológico do País (41 656,10 hac), tendo crescido mais do dobro desde 2020, representando hoje cerca de 50% da SAL (fonte DGADR);
 - ao longo dos últimos anos, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova tem feito fortes investimentos no sector agrícola, com destaque para a Herdade do Couto da Várzea e o Centro Logístico Agroalimentar do Ladoeiro, bons exemplos do projeto Idanha Green Valley;
 - Desde 2018, que Idanha-a-Nova integra a Rede Internacional de Bio Regiões, ganhando, em 2023, o prémio da melhor Bio Região da Europa, pelo trabalho que está a ser desenvolvido pelos agricultores, cidadãos, associações, poder local, ao nível da transição para sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e inclusivos;
 - é do conhecimento público, que nos últimos tempos, os agricultores, em geral por toda a Europa, se têm manifestado contra a redução dos apoios para a sua atividade;
 - A Bancada do Partido Socialista mostra-se solidária com as manifestações recentes dos agricultores, em particular os do concelho, contra a redução dos apoios, entre os quais a redução das ajudas à Agricultura Biológica, prevista nos Eco regimes, e que segundo informações do IFAP sofrerão cortes de 35%, bem como com a Regulamentação existente em matéria de Proteção Ambiental, que fomenta a concorrência desleal entre os produtos provenientes da Europa e os da América do Sul;
 - Sabemos que o Governo anunciou recentemente um pacote medidas na ordem dos 400 milhões de euros, entre os quais se incluem 60 milhões para apoiar a agricultura biológica e recuperar assim a redução prevista e anunciada no início do ano de 35%;
 - Entendemos que as reivindicações dos agricultores foram assim atendidas por este Governo;
- Não obstante a Bancada do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal delibere:
- Requerer ao Governo que, nos próximos anos, estas ajudas fiquem devidamente planeadas e garantidas, apelando ainda para a valorização da atividade agrícola no interior do país, que não pode ser esquecida, pois prejudica gravemente o desenvolvimento destes territórios de Baixa Densidade e do Mundo Rural;
 - Remeter a presente Moção ao Exm.º Senhor Primeiro-Ministro, à Exm.ª senhora Ministra da Agricultura e Alimentação, à Exm.ª senhora Ministra da Coesão Territorial, com conhecimento da Confederação dos Agricultores de Portugal e da AGROBIO – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica.”

Terminada a leitura da Moção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a mesma a discussão, solicitando aos senhores deputados que se inscrevessem para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse “eu gostaria de chamar à atenção, e não tenho nada a votar contra esta moção que vem e começa a requerer ao Governo nos próximos anos, remeter a presente moção ao senhor Primeiro-Ministro, que faz sentido, à Exm.ª senhora Ministra da Agricultura e Alimentação, à Exm.ª senhor Ministra da Coesão Territorial, uma vez que também merece fazer sentido, dando conhecimento, e aqui falta, para além da CAP, falta a CNA, a CONFAGRI e a AJAP, que são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

Confederações que têm representação também. Portanto estar só a fazer só à CAP, estamos a excluir as outras três e não me parece fazer sentido. Dar conhecimento à AGROBIO, não percebo porquê, a AGROBIO é apenas uma Associação que por acaso se chama Associação Portuguesa de Agricultura Biológica, faz mais sentido dar conhecimento à BIORRAIA, que tem uma abrangência muitíssimo superior à da AGROBIO, em termos de área em agricultura biológica e que faz parte do concelho de Idanha-a-Nova e que representa toda uma região. Portanto fora isso e aceitando estas propostas eu votarei favoravelmente.”

Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Daniel Fonseca que disse “ em relação a esta Moção, o Movimento para Todos também não vê qualquer inconveniente, e de facto perguntava, como o senhor deputado Paulo Baptista, só para elucidar e também não vejo a razão para constar a AGROBIO, e realmente tendo nós associações de representatividade biológica no nosso concelho, não sei porquê chamar a AGROBIO e excluir as do nosso concelho. Portanto vamos votar a favor esta Moção, mas penso que não faz sentido constar a AGROBIO.”

O senhor deputado João Geraldês solicitou a palavra e disse “podemos acrescentar as propostas que foram aqui colocadas. Quanto à AGROBIO não é, e não faz sentido, faz sentido estas e as outras.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com a introdução das proposta apresentadas, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a Moção foi aprovada por unanimidade.

Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia deu início ao

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Jorge Daniel Fonseca que disse “ duas notas do ponto anterior, já na assembleia anterior parece que todos os comentários de facebook que as pessoas fazem, ou por serem conotadas ao Movimento ou não, parece que é associado ao Movimento e parece que é o Movimento que cria essas narrativas. Isto para explicar aqui a situação da Associação de Regantes. O senhor deputado fez muitíssimo bem a cronologia dessa situação, o Movimento para Todos interessou-se, fez as questões na reunião de Câmara, mas associar ou criar uma narrativa de que os likes no facebook de certas pessoas conotadas com o Movimento, associá-las ao Movimento, não tenho palavras para descrever tal situação. Mas nós podemos garantir uma coisa, todas as pessoas que tiverem cartões de outros partidos quaisquer, nós não vamos analisar esses likes para os associar seja aquilo que for. No Movimento para Todos a independência está com as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

... pessoas e são-lhes permitidas fazer comentários ou seja aquilo que for. Se quiserem discutir aqui relações de facebook e aquilo que realmente o Movimento partilha, ou faz publicações na página do facebook do próprio Movimento, aí estamos à vontade, agora os likes das pessoas isso não nos leva a muita conversa.

A questão dos esgotos e das ETAR e diz o senhor Presidente que eu não conheço o concelho. Certamente não o conheço como o senhor nem terei essa obrigação de conhecer como o senhor, mas conheço uma localidade que é Segura, e ao longo destes anos todos, em Segura, na linha de água, e nós sabemos perfeitamente que as águas depois de tratadas, esses efluentes devem ser aproveitados para as linhas de água, deveriam ser aproveitados para regas e nós sabemos isso perfeitamente, e não é o senhor Presidente que me vem ensinar, mas sei perfeitamente que em Segura na linha de água para onde corria, certamente corria uma vez que já está a funcionar a ETAR, mesmo de verão sem qualquer tratamento, e não pomos aqui em causa o profissionalismo dos funcionários da Câmara, nunca o colocámos, nem o colocaremos, mas sei perfeitamente que durante o verão a ETAR corre a céu aberto para lá sem qualquer tratamento. O senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Toulões acabou há pouco de dizer que a ETAR corre para os terrenos adjacentes, onde provoca alagamentos, onde corre para as linhas de água. Portanto não é as fossas céticas não estão a ter esses tratamentos, estão a correr diretamente para as linhas de água e não vale a pena estarmos a discutir, mas sim tentar resolver a situação e já sugerimos duas ou três medidas para que realmente se resolvam, e não sabemos realmente porque nos ataca em dizer que não conhecemos, que estamos a criar um nevoeiro, não, são situações que estão a acontecer.

Em relação à informação do Município, dizer aqui que o prazo de pagamentos está a aumentar, na última assembleia era de oitenta e qualquer coisa, agora está em cento e quatro dias, e qual é que é a razão. Vamos simplesmente fazer esta questão, o resultado da tesouraria está em novecentos e qualquer coisa mil euros, sabemos que estão aqui pedidos de pagamento feitos e possivelmente por aquilo que conseguimos detetar aqui no documento, foram feitos pedidos de pagamento na ordem de um milhão e duzentos, ou trezentos, mil euros, talvez ainda em dezembro, uma vez que o investimento está apenas em 0,55% este ano, portanto deveriam ter sido feitos em dezembro, deduzimos nós. Sabemos, também, perfeitamente que na última reunião de Câmara foi aprovado um empréstimo a curto prazo de setecentos e cinquenta mil euros para fazer face à tesouraria e pergunto, se por acaso está em risco, caso se atrase este empréstimo, uma rotura na tesouraria da Câmara Municipal.

Um outro assunto, senhor Presidente da Assembleia, na reunião da Assembleia em Aldeia houve aquela confusão da aprovação da revisão orçamental. O senhor Presidente na altura ficou de enviar o parecer. O senhor Presidente da Câmara não o enviou, na última assembleia eu solicitei esse parecer e o senhor Presidente da Assembleia ficou de nos enviar esse parecer. Esse parecer, o Movimento para Todos teve acesso a ele através dos vereadores, e isto só para dizer o seguinte, dizia esse parecer, e no nosso caso pensamos ser a opinião de uma jurista, mas considerámo-la como parecer, a deliberação da Assembleia Municipal é tomada sob proposta da Câmara Municipal, diz o parecer, e não se compreende a disposição legal que assim o prevê a deliberação do órgão deliberativo fica ferida de invalidade. Ou seja, não achamos correto aquilo que tinha sido feito na altura. Dizer que estava tudo muito bem, que havia um parecer que iria ser distribuído, mas de facto esse parecer nunca nos chegou às mãos, mas de facto chegou-nos às mãos pelo vereador. O parecer não corresponde ao que na altura foi dito."

Seguidamente usou da palavra o senhor deputado João Geraudes que disse "não queria falar mais sobre o tema que falei aqui sobre a questão da água do Ladoeiro, mas em relação ao senhor deputado Daniel, e sei que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

se referiu concretamente à minha pessoa do cartão, má há uma coisa que faço e sou militante há muitos anos, nunca mudei de partido, mas no dia em que achar que o Partido Socialista entra na minha liberdade, eu saio do partido. Quando diz também, e eu não gosto de falar por ser correto, mas houve uma narrativa que o Ladoeiro ia ficar sem água, é um facto e eu não vim falar aqui em nomes, porque essas pessoas não se podem defender aqui, e o senhor vereador Adelino Gameiro, e eu não gosto de falar em nomes porque não se pode defender aqui e acho isso indelicado, veio nessa narrativa comentar, não é só gostos, veio comentar alimentando a narrativa. Alguém que se candidata à Câmara Municipal e acho que esta não é a melhor forma de fazer política. Por isso não poderia ficar calado, apesar de achar que falar em pessoas que não se podem defender não está correto, mas neste caso não poderia ficar calado em relação ao que o senhor deputado Daniel disse.

Relativamente às atividades do Município, na página vinte e nove destaco a atividade da Ajidanha com o teatro Amador de Pombal foi feita uma curta-metragem e dou também os parabéns aos corpos sociais da Ajidanha pela tomada de posse que teve e pelo trabalho que está a ser feito no concelho e fora do concelho. Este tipo de iniciativas só é possível porque existe o apoio da Câmara Municipal a estas associações. Por exemplo à ACDL, ao CUI, ao Clube de Ténis, etc.. E só existem estas associações porque as pessoas estão lá para trabalhar em prol da população, que é um facto, e também porque a Câmara Municipal ajuda. Destaco também na página vinte e nove a inauguração oficial da sede do Agrupamento 326 de Idanha-a-Nova em que o Município investiu cerca de duzentos mil euros nessa remodelação."

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse " ficamos a saber aqui pela informação que a elaboração do Programa Municipal para as Comemorações dos cinquenta anos do 25 de Abril, a desenvolver durante o ano de 2024, são elaboradas pelo Centro Cultural Raiano, no Gabinete de Arqueologia, Conservação e Restauro. Portanto aquela Comissão afinal tem aqui uma outra origem. Fico muito contente pelo facto de finalmente o Corpo Nacional de Escutas ter em Idanha-a-Nova a sua sede funcional, fico muito contente por isso e lembro-me de ter chamada à atenção para isso no passado, o que não me dá mérito rigorosamente nenhum naquilo que foi feito agora.

Eu gostaria de pedir a atenção, isto é apenas um pormenor, ao grafismo que é enviado, portanto os quadros quando são enviados devem vir na mesma página para permitir a leitura e curiosamente, normalmente os documentos são agrafados no lado esquerdo, mas eu tenho as folhas todas agrafadas do lado direito, eu não sei se é uma tendência para as eleições que se apresentam em breve, mas eu não me importo nada que venham agrafadas do lado esquerdo e assim até permitiam uma leitura melhor, senão estou sempre aqui a bater no microfone.

Esta informação sobre a situação financeira do Município, é francamente insipiente, e reporta-se a trinta e um de janeiro e portanto não poderei fazer aqui grandes comentários e solicitar à Chefe de Divisão que venha aqui justificar-se, mas vejo aqui a execução nos capítulos da receita muito baixa, e isto, como sabem, depende das receitas provenientes de outros lados, mas também gostaria de me referir aos 104 dias de prazo médio de pagamentos. Os 104 dias parecem-me francamente exagerados face aquilo que vamos estando habituados.

Há aqui numa aquisição de serviços de projetos de execução para requalificação da zona envolvente à Lagoa do Rosmanihal. Eu não sei o que é isto, em que é que consiste e gostava de saber, e vamos afetar a isto 14 580,00 euros. Tantas vezes são elogiados os serviços da Câmara Municipal e a Câmara Municipal não pode fazer isto? Não tem meios e técnicos para fazer isto? Afinal de contas vamos ter que recorrer a uma outra firma, porque é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

adjudicação e vamos gastar isto. Há aqui uma coisa que eu achei piada, que é a aquisição de serviços de manutenção e aquisição de diversos equipamentos de segurança. Para quê não diz e eu acho que deveria dizer e não duvido que sejam necessários. Continuamos a ter aqui aquela fantasia que é o Adufe, e uma publicação apenas 17000,00 euros, não sei até que ponto é que a Câmara está tão bem de finanças para poder dispor disto, mas obviamente não irei contestar estas verbas, mas gostaria, no entanto, que alguém desse explicações sobre elas, porque o dinheiro é dos contribuintes e portanto cabe-nos a nós fazer alguma fiscalização e nós vimos aqui precisamente com esse papel de fiscalizar, com esse papel de fazer oposição.”

Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Alberto Umbelino que disse “eu pedi a palavra para falar de um assunto que me preocupou nas palavras do senhor deputado Daniel Fonseca quando falou numa palavra que tem um peso, porque as palavras têm um peso, rotura de tesouraria. É preocupante falar-se em rotura de tesouraria quando temos que analisar um pouco mais profundamente os documentos. E eu, efetivamente faço-o, dizendo o seguinte, nós temos neste momento uma taxa de execução de 5.57%, mas devemos olhar um pouco mais para trás, e por isso aqui se apresenta a evolução da receita ao longo dos anos vinte e vinte e quatro e dizer-vos de que em 2020, nós tínhamos uma taxa de 6,22%, em 2021 era de 7,22%, em 2022 era de 6,27%, de 5,76 em 2023 e 5,57 em 2024.

Estamos a falar dos mesmos períodos, mas devemos ter em atenção uma situação que é muitíssimo importante, é que estas taxas são calculadas em função dos orçamentos e nós começámos em 2020 com um orçamento de 23 milhões de euros, e vamos sucessivamente subindo, 23, 25, 25, 34 e estamos neste momento a trabalhar em taxas sobre um orçamento de 41 milhões de euros. E ao falarmos sobre um orçamento de 41 milhões de euros, temos que ver que efetivamente o valor absoluto destas taxas de execução, são muitíssimo superiores.

Dizer também que na página vinte refere-se que os valores totais do cofinanciamento são no valor de 1 656 000,00 euros. Significa isto que, o valor que temos a receber, já foi feita a execução física dos projetos e já foi feita a execução financeira desses mesmos projetos. Temos que receber este dinheiro e se este dinheiro, e nós sabemos que normalmente, embora nós vamos quase mensalmente ou trimestralmente vamos pedindo os pedidos de reembolso ou de saldo final dos projetos e sabemos também que quando isto, nós temos primeiro que financiar da tesouraria para fazermos projetos. Significa que efetivamente há bastantes projetos em andamento que estão a ser cofinanciados, mas que nós temos um esforço de tesouraria para que efetivamente se façam. E tendo em conta que nem sempre as verbas são disponíveis por parte das entidades superiores, efetivamente este esforço de tesouraria é muito grande e será boa política, aquilo que foi há pouco aqui dito de que haveria um pedido de financiamento de curto prazo. Estes financiamentos de curto prazo, se são efetivamente para acautelar este esforço de tesouraria que estamos a fazer e se temos 1 650 000,00 euros para receber destes projetos cofinanciados, parece-me que politicamente bem e em termos de gestão que se faça esse pedido e temos margem de financiamento efetivamente, sim, de curto prazo e acautelando uma situação de que é permitir que esse pedido de financiamento seja acautelado de que permita a amortização antecipada de forma a que não vá, digamos, onerar os custos quando o tivermos que fazer, porque estas amortizações podem ser feitas ao longo do período em que estamos a receber este milhão e tal e amortizando larga, digamos, também espaço para novos financiamentos.

Posto isto, dizer-vos também que se tivéssemos recebido este milhão, seiscentos cinquenta e seis mil euros, neste momento teríamos, provavelmente, uma execução financeira na ordem do 9,5%.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

O senhor deputado Daniel Fonseca solicitou a palavra e disse " só esclarecer o seguinte, a questão que eu fiz aqui foi a seguinte e não sei se o senhor deputado Alberto a percebeu, face ao pedido de pagamentos que está na ordem de um milhão e seiscentos mil euros e olhando para a tesouraria, eu não pus em causa a execução, uma tesouraria líquida de novecentos mil euros, a minha pergunta foi, e não disse que estava em rotura financeira, se por acaso houver um atraso nestes reembolsos, se está em causa a rotura financeira do Município e para as responsabilidades que tem. Foi essa a minha questão, ou sim ou não."

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia disse " só para fazer um esclarecimento em relação aos pareceres. Os pareceres jurídicos, normalmente, quando nos são favoráveis são sempre bons, mas quando não são favoráveis, põem-se em dúvida naturalmente. E vou contar, muito rapidamente, um caso pessoal. Eu fui vítima, conjuntamente com cerca de oitocentos funcionários numa instituição que já foi referida aqui há pouco tempo, de um atropelo laboral com o qual não concordámos e movemos uma ação judicial contra essa entidade, através de um sindicato no qual somos filiados. Mas pedimos um parecer jurídico, para não irmos às cegas, por acaso a um professor catedrático da Universidade de Lisboa, que também era advogado, Hoje esse professor catedrático é Presidente de um tribunal superior da nossa magistratura. Quando recebemos o parecer, o mesmo dava para tudo e mais alguma coisa, mas não nos foi favorável e tivemos que o pagar, quando nós estávamos à espera que com a apresentação daquele parecer tudo teríamos a ganhar. Infelizmente não foi assim e o tal parecer não serviu rigorosamente para nada."

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse " respondendo às questões aqui colocadas, eu vou depois solicitar a presença da senhora engenheira Isabel , chefe dos serviços de ambiente, para ela própria prestar alguns esclarecimentos adicionais, já que não acreditam na minha palavra, sobre o que é que nós fazemos com as nossas ETAR e fossas céticas. Dizer que a ETAR de Segura, demorou a obra, os licenciamentos do ICNF, da EDP, e ela correu, não no tempo que nós desejaríamos, mas no tempo em que os licenciamentos nos obrigam que assim seja. Felizmente que hoje está a funcionar e no tempo em que ela não estava a funcionar, como deve ser, nós recorremos a um conjunto de serviços externos, e eu solicito à senhora chefe de divisão que explique.

A senhora engenheira Isabel disse " efetivamente tal como o senhor Presidente já referiu o nosso serviço de saneamento faz com a regularidade semanal a visita pelas ETAR e fossas para verificar o seu estado de funcionamento. Sempre que há necessidade de fazer alguma intervenção é-nos comunicado e prontamente tentamos agilizar nesse sentido. Tal como o senhor Presidente já referiu nós também temos contratações externas que nos auxiliam nesse serviço, sempre que é necessário, anualmente fazemos isso mais do que uma vez, por norma duas vezes, a aspiração das águas residuais nas ETAR e fossas. Também temos uma contratação externa, em que estamos a fazer agora nas ETAR e fossas com enzimas para melhorar a qualidade da água das ETAR e fossas."

Seguidamente tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara que disse " eu não tenho conhecimento que os serviços me estejam a mentir

Relativamente às questões e respondendo ao senhor deputado Daniel sobre as questões de tesouraria, já o esclarecemos várias vezes, mas repito, a Câmara Municipal de Idanha, felizmente tem uma situação, em termos económicos e financeiros e de tesouraria, boa. Portugal hoje é conhecido, na Europa e no Mundo, pelo bom trabalho, quer queiram quer não, em termos económicos e financeiros. Hoje somos considerados um bom país, em termos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

económicos e financeiros e isso traduz-se em algo, é que as taxas de juro dos nossos empréstimos baixaram significativamente. Portanto nós poupamos dezenas de milhares de euros, exatamente por termos uma boa situação económica e financeira. E porquê? Entre outras coisas nós baixámos o endividamento abaixo dos 100%. A Idanha tem 20% e eu quando assumi o papel de Presidente tínhamos 2'0% e mantemos esses 20%. Portanto nós somos um bom agente económico. Não quer dizer que a gente não faça empréstimos, e a maior parte de nós quando compramos a casa, se estivéssemos à espera de amealhar o dinheiro para a comprar, nunca a comprávamos e portanto a Câmara recorre a empréstimos de médio e longo prazo, e agora, pela primeira vez, a um de curto prazo. Mas pagamos os nossos empréstimos dentro dos prazos contratualizados.

Certamente que os 104 dias de prazo médio de pagamentos é sempre uma preocupação, mas felizmente temos uma boa relação com os nossos fornecedores, e também lhe explicamos e não houve alguém que tivesse necessidades que nós não tivéssemos que libertar.

O senhor deputado João Geraldês veio aqui falar sobre a Ajidanha e a sede do Agrupamento n326. É preciso dizer que como ajudamos aqui a Ajidanha, o Agrupamento 326, o CUI, a ACDL e outros, estamos a falar de estruturas associativas que nós recuperamos as suas instalações, e foram investimentos enormes para todas elas, mas damos um apoio às associações no concelho de Idanha num momento em que o associativismo é intenso, e ainda bem porque quem beneficia com isso são as populações, mas sobretudo os nossos jovens e as nossas crianças.

O senhor deputado Paulo Ribeiro veio falar, porque no nosso programa tínhamos as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. A comemoração do 25 de Abril, que tem na coordenação a senhora deputada Adalgisa, e o objetivo é que possa beneficiar de programas que temos, e foi o Centro Cultural Raiano, e a equipa do Centro Cultural Raiano que integrou muitas destas atividades que estão aí no programa no nosso projeto da RTCP da Direção-Geral de Artes. Portanto muitos dos espetáculos são cofinanciados por este programa, e já agora aproveito para relembrar, e o senhor falou no Adufe, mas felizmente, nós hoje, somos conhecidos no país e no mundo. Foi esta revista que nos projetou e também foi por isto que a Idanha foi a única no distrito de Castelo Branco que conseguiu o projeto financiado pela Direção-Geral de Artes, porque nós temos, de facto, um curriculum e um trabalho das nossas equipas na área da cultura forte e isso é que leva o nome de Idanha a nível nacional e a nível internacional.

Também falou sobre a questão da Lagoa no Rosmaninhal, e ainda bem que falou nisso e eu pensava que nos vinha elogiar por estarmos a ter essa iniciativa, mas tem alguma dificuldade em elogiar a Câmara Municipal no seu bom trabalho. Ao falar da Lagoa do Rosmaninhal estamos a falar de um projeto que requer arquitetos paisagísticos que vão trabalhar este projeto que para o Rosmaninhal é muito importante, e também para todos nós, na valorização do Parque Natural do Tejo Internacional. Este é um projeto em que temos uma expectativa de fazer um bom projeto de valorização do Parque Natural do Tejo Internacional, nomeadamente para banhos. Não é só valorizar a Lagoa, é poder com recursos a projetos naturais, podermos não fazer mais piscinas, mas valorizar os nossos planos de água.

O senhor deputado Alberto veio aqui falar as questões económicas e financeiras, recordando aqui que de facto a situação económica e financeira de tesouraria foi como eu expliquei."

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início ao



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024**

PONTO NÚMERO DOIS: PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU: – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta apresentada.

O senhor Presidente da Câmara disse *"isto tem a ver com aquilo que é a legislação, e adaptá-la ao nosso funcionamento e trata-se de podermos dar a remuneração do cargo de direção intermédia de 3.º grau, nos termos que a lei determina que seja. Solicito ao senhor chefe de divisão de recursos humanos que aqui venha prestar outros esclarecimentos.*

O senhor João Joia de Carvalho, chefe de divisão disse *" a nossa lei orgânica, neste momento só pode ter chefes de divisão de 2.º grau e de 3.º grau. Nos de 2.º grau, a tabela remuneratória define logo o vencimento desses cargos. Em relação aos de 3.º grau, têm que ser validados na Câmara Municipal e à posterior na Assembleia Municipal. Em 2012, aquando da última reestruturação da lei orgânica do Município ficou estipulado que os chefes de divisão de 3.º grau iriam auferir pela posição número 5, nível 27. Ora em 2023 houve alterações à tabela única remuneratória e agora em 2024 também. Por conseguinte a posição número 5 já não corresponde ao nível 27. O que a lei dos dirigentes diz, é que o vencimento do chefe de divisão de 3.º grau deve corresponder entre a 3.ª e a 6.ª posição. Na altura a Assembleia Municipal definiu que era a 5.ª posição e o que se está a propor é igualmente a 5.ª posição, independentemente das alterações remuneratórias das que vão existindo ao longo dos tempos. Como sabem houve o congelamento das carreiras, de 2010 até 2018, não havendo aumento de salários na função pública por progressão na carreira, mas agora tem havido, e esta proposta pretende aplicar esta situação à lei, retroagindo os seus efeitos ao ano de 2023."*

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa **PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU**, tendo sido apurado o seguinte resultado.

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por unanimidade.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

"FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU, CORRESPONDA À 5.ª POSIÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA GERAL DE TÉCNICO SUPERIOR."

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

PONTO NÚMERO TRÊS: PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO NOMINAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IDANHA-A-NOVA – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara, para querendo, fazer uma abordagem à proposta aqui em discussão.

O senhor Presidente da Câmara disse “ *a proposta é muito clara e o que tem que ficar expresso é a criação do Conselho Municipal de Educação de Idanha-a-Nova, nos termos constantes da proposta e a autorização prévia de futuras alterações à composição do Conselho Municipal de Educação originadas por substituição dos atuais representantes por indicação das respetivas estruturas e entidades representadas, pois não faz sentido de a entidade X nomeia o Manuel e depois o Manuel saiu da entidade, para ser substituído não tenhamos que trazer novamente uma proposta de substituição do Manuel pela Maria., e assim fica salvaguardada a substituição, sempre que ela ocorra.*”

O senhor Presidente da Assembleia informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa **PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO NOMINAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IDANHA-A-NOVA**, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por **UNANIMIDADE**.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IDANHA-A-NOVA E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE FUTURAS ALTERAÇÕES À COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ORIGINADAS POR SUBSTITUIÇÃO DOS ATUAIS REPRESENTANTES POR INDICAÇÃO DAS RESPETIVAS ESTRUTURAS E ENTIDADES REPRESENTADAS.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do

PONTO NÚMERO QUATRO: ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DE JUNTA/UNIÃO DE FREGUESIAS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IDANHA-A-NOVA EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO. – O senhor Presidente da Assembleia informou que havia uma proposta na Mesa do Grupo Municipal do Partido Socialista que indica o senhor Válder José Carvalho Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de Santa Margarida.

Seguidamente solicitou aos senhores deputados se tinha, algo a dizer sobre a proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024**

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista relativa À *ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DE JUNTA/UNIÃO DE FREGUESIAS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IDANHA-A-NOVA EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO.*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada Grupo Municipal do Partido Socialista foi aprovada por UNANIMIDADE.

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do:

PONTO NÚMERO CINCO: PROPOSTA SDE NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA – O senhor Presidente da Assembleia solicitou aos senhores deputados se tinham algo a dizer sobre esta proposta da Câmara Municipal.

Não havendo qualquer pedido de intervenção o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *PROPOSTA DE NOMEAÇÃO O AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA.”**

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024**

PONTO NÚMERO SEIS: PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA À RED EUROPEA DE LAS CELEBRACIONES DE SEMANA SANTA Y PASCUA – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais sobre esta proposta.

O senhor Presidente da Câmara disse “ *o que aqui apresentamos é a adesão do Município a esta rede europeia. É uma entidade sediada em Espanha que congrega vários associados na Europa sobre as celebrações da Semana Santa e Páscoa, e este projeto tem uma candidatura feita aos itinerários culturais do Conselho da Europa. A expectativa que este projeto possa ser aprovado pelos itinerários culturais do Conselho da Europa é alta. Recebemos, há pouco tempo a visita de uma equipa deste itinerário cultural, do qual já fazemos parte, e temos essa expectativa que possa ser reconhecida pelo Conselho da Europa como itinerário cultural.*

Obviamente com todo o trabalho que tem sido feito no concelho de Idanha, englobando as nossas diferentes freguesias, as Misericórdias e até algumas ações que são feitas de uma forma informal, ou seja, não têm por trás algumas associações ou organizações, mas que são feitas de uma forma muito organizada, tem sido muito rico este trabalho que tem sido feito, e faz todo o sentido porque em Portugal quem vai fazer parte desta rede europeia é Braga e Idanha-a-Nova. Portanto isto vai-nos projetar de uma forma muito significativa a nível nacional e internacional. O agradecimento que temos que fazer é a toda a nossa população, das nossas diferentes localidades que têm feito um trabalho extraordinário na valorização de todo este nosso património cultural.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia solicitou aos senhores deputados se tinham algo a dizer sobre esta proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à **PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA À RED EUROPEA DE LAS CELEBRACIONES DE SEMANA SANTA Y PASCUA**, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete.

Em face deste resultado, a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, foi aprovada por unanimidade.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA À RED EUROPEA DE LAS CELEBRACIONES DE SEMANA SANTA Y PASCUA.”

Terminada a discussão dos assuntos da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia, em cumprimento do estipulado regimentalmente, solicitou se alguém do público queria tomar a palavra.

Verificou-se um pedido de intervenção por parte do público.

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à cidadã Carolina Figueiredo que disse “*venho enquanto cidadã ativa e residente no concelho de Idanha-a-Nova aqui falar, isto porque desenvolvi em conjunto com a Quercus*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

e o Movimento Idanha Viva duas conversas com a população de Medelim e de Oledo sobre a questão do IC31 e queria informar que tivemos a adesão da população, quinze pessoas em Medelim e 15 pessoas em Oledo, e o grande resumo é que todos concordam que não veem o porque da construção desta estrada em perfil de autoestrada, já existe muita rodovia em Portugal, todos acreditam que não estamos isolados no concelho, e portanto a população acredita que é necessário fazer um investimento em transporte público, na saúde, no desenvolvimento de negócios locais. Existe sim uma grande necessidade de reabilitar as estradas existentes no concelho, principalmente na sinalização, quer seja horizontal, quer seja vertical, porque todos sabemos que é bastante deficiente.

Aquilo que são as notícias e que se sabe é que está a ser feito um estudo prévio e um projeto de execução que irá avançar supostamente em março de 2024, mas o que nós cidadãos queremos também perceber e queremos um posicionamento claro e objetivo acerca da estrada e queremos que este processo seja ainda mais claro e transparente e saber ao certo quando é que vai ser feita a consulta pública.

Queria também agradecer ao Município de Idanha-a-Nova e dar os parabéns pela sessão de trabalho que foi desenvolvida no âmbito do novo pacto verde, em que foi então dada a oportunidade da participação cívica dos residentes e de pessoas que estão a trabalhar no concelho e acho que foram tiradas conclusões muito interessantes e foi sempre referida esta questão do IC31."

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que disse " a questão do IC31, é uma questão em que já falámos várias vezes, e aliás como a Carolina disse e muito bem, esta ação que fizemos do pacto verde, foi uma ação em que ouvimos a opinião de todos e não está excluído em qualquer momento falarmos do IC31. Quando estiver em discussão pública, obviamente iremos aqui discutir isso entre todos. Sem dúvida que o IC31 não é apenas um projeto para o concelho de Idanha. O IC31 irá beneficiar toda a região, todo o Portugal e Espanha, na sua globalidade. Estamos a falar de uma ligação que vai melhorar a relação entre Lisboa e Madrid. Uma boa parte do IC31 vai passar no concelho de Idanha e todos nós sabemos que uma qualquer construção, nomeadamente se for em perfil de autoestrada, que é a previsão que isso venha a acontecer, tem um impacto grande. Castelo Branco vai ser beneficiado, mas só tem um impacto na ligação de Alcains até à Ponte de São Gens, Penamacor, Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Fundão, vão beneficiar mas não têm o troço no seu Município, mas temos nós, e portanto, nós vamos ter que falar neste aspeto porque vamos querer a minimização dos impactos e portanto temos que ser compensados por esta estrutura que vai ser feita. Há-de ser muito difícil não se fazer o IC31 e já o expliquei muitas vezes. Nós não conseguimos estar no melhor dos dois mundos, nem conseguimos estar isolados no Mundo, não somos uma ilha deserta no meio do Atlântico ou do Pacífico, o Município de Idanha faz parte de um país e claramente em proximidade com Espanha. Agora podemos ter é um IC31 que cause o mínimo de impacto possível. Conseguir ter um IC31 que não cause impacto? Não vamos conseguir. E porque vai causar impacto, todos nós temos que ser exigentes relativamente à minimização desses impactos e ao sermos compensados relativamente a isso. Eu percebo que haja muitas pessoas que preferiam que não tivéssemos o IC31, mas isso está fora de questão, e a maior parte das pessoas, obviamente não só de Idanha, mas da região do país, quer de Portugal, quer de Espanha necessitamos ter o IC31. E o IC31, se não tivermos depois compensações, pode ter o efeito mais nocivo que é o efeito túnel, passam por cá e não deixam cá nada. E é aqui que temos que trabalhar todos muitíssimo bem. Primeiro como é que pode ser o IC31 causando o menor impacto ambiental, social e cultural, e depois como é que poderemos ser compensados relativamente a isso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 16 DE 26-02-2024

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.

António Lousa Lobo
Graça Maria Ferrer Pires